



PROFEPT
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

MANUAL DE inclusão

EM SALA DE AULA

Orgs.:
Douglas Ramos Prietsch
Mauricio Ramos Lutz



Organizadores

Douglas Ramos Prietsch
Mauricio Ramos Lutz

Projeto gráfico e diagramação

Douglas Ramos Prietsch
Mauricio Ramos Lutz

1ª edição – Junho de 2024
2ª edição – Agosto de 2025
Jaguari/RS

FICHA CATALOGRÁFICA

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)

P949m Prietsch, Douglas Ramos.

Manual de inclusão em sala de aula / Douglas Ramos Prietsch, Mauricio Ramos Lutz (Orgs.). – 2. ed. – Jaguari, 2025.

20 f. : il.

Projeto gráfico e diagramação: Douglas Ramos Prietsch, Mauricio Ramos Lutz.

Produto educacional da dissertação – Manual de inclusão em sala de aula (Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica) – Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica, Instituto Federal Farroupilha, Campus Jaguari, 2025.

1. Educação inclusiva. 2. Acessibilidade pedagógica. 3. Estratégias de ensino inclusivo. 4. Tecnologias assistivas. 5. Avaliação inclusiva. I. Lutz, Mauricio Ramos. II. Título.

CDU 376:37.018.1

MANUAL DE INCLUSÃO

EM SALA DE AULA



APRESENTAÇÃO

Este manual tem como objetivo apoiar professores na elaboração e condução de aulas expositivas e dialogadas acessíveis, contemplando as diferentes formas de aprendizagem e garantindo o direito à educação de todos os estudantes, com ou sem deficiência.

A inclusão escolar vai além da presença física dos alunos na sala de aula. Ela envolve a criação de ambientes pedagógicos acolhedores, o reconhecimento das diferenças como parte da diversidade humana e a adoção de estratégias que promovam a participação e a aprendizagem de todos.

A acessibilidade pedagógica é um dos pilares desse processo. Significa garantir que os conteúdos, as metodologias e os recursos estejam adequados às necessidades de cada estudante, respeitando seus tempos, modos de expressão e formas de aprender. Para isso, é essencial que o professor esteja preparado para planejar suas aulas com base em princípios de equidade, justiça e empatia.

Este manual é um convite à reflexão e à ação prática. Esperamos que ele sirva como apoio cotidiano para professores comprometidos com uma educação mais inclusiva, acessível e transformadora.

Fundamentos da Educação Inclusiva

A trajetória da inclusão escolar no Brasil é marcada por avanços e desafios. Até meados do século XX, era comum que pessoas com deficiência fossem excluídas do sistema educacional regular, sendo encaminhadas para instituições especializadas.

A partir da década de 1990, com a Conferência Mundial de Educação para Todos (Jomtien, 1990) e a Declaração de Salamanca (1994), o Brasil passou a adotar políticas mais voltadas à inclusão. A Constituição Federal de 1988 já havia garantido o direito à educação para todos, mas foi com a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) que se consolidou a diretriz de incluir estudantes com deficiência nas escolas regulares, com o apoio de serviços especializados.

Hoje, a educação inclusiva é uma política pública respaldada por leis, diretrizes internacionais e compromissos com os direitos humanos.



Leis e diretrizes que sustentam o direito à educação inclusiva

Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência (ONU, 2006 / Brasil, 2008)

Reconhecida no Brasil com status de emenda constitucional, essa convenção afirma o direito das pessoas com deficiência à educação inclusiva em todos os níveis.

Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008)

Define que todos os alunos, inclusive os com deficiência, devem estar matriculados preferencialmente na rede regular de ensino, com apoio de serviços especializados.

Lei Brasileira de Inclusão Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei n.º 13.146/2015)

Estabelece princípios, direitos e garantias para a inclusão plena das pessoas com deficiência, incluindo o acesso à educação em igualdade de condições.

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei n.º 9.394/1996)

Estabelece que o ensino deve adaptar-se às necessidades dos alunos, garantindo currículos, métodos e recursos adequados à diversidade.

Preparando Aulas Expositivas e Dialogadas Inclusivas



Um dos primeiros passos para garantir acessibilidade é a organização clara e legível dos conteúdos. Materiais confusos ou mal formatados podem dificultar a compreensão, especialmente para alunos com deficiência visual, dislexia ou dificuldades de atenção.

Dicas Práticas:



Fonte

Use fontes sem serifa (como Arial, Calibri ou Verdana), com tamanho mínimo 12 (preferencialmente 14 ou 16).



Fundo

Prefira fundos claros com letras escuras (ex: preto no branco ou azul escuro no amarelo).



Alinhamento

Evite usar texto justificado – alinhe à esquerda para facilitar a leitura.



Parágrafos

Quebre os textos em parágrafos curtos, com subtítulos e listas sempre que possível.



Digitalização

Utilize materiais digitais acessíveis, como Portable Document Format (PDF), que podem ser lidos por leitores de tela.

Recursos de Apoio Auditivo



Estudantes com deficiência auditiva ou surdez precisam de alternativas ao conteúdo falado. A comunicação em sala de aula pode ser ampliada com recursos visuais e textuais.

Dicas Práticas:



Quando houver alunos surdos, solicite o apoio de intérpretes de Libras.

Use legendas em todos os vídeos exibidos.

Forneça resumos escritos dos principais conteúdos.

Mantenha contato visual com os alunos durante a fala e fale de forma clara, articulada e em ritmo adequado.



Acessibilidade para deficiência visual

Estudantes com baixa visão ou cegueira exigem um cuidado especial na preparação dos materiais didáticos e na forma como as informações são apresentadas.



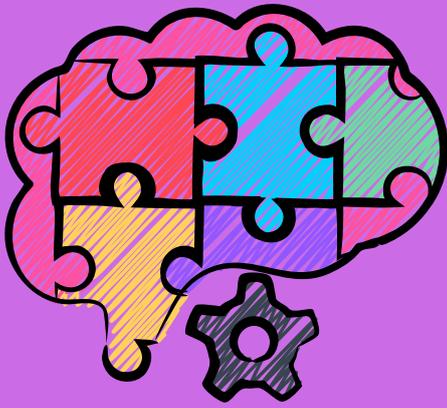
Dicas Práticas:

Produza textos compatíveis com leitores de tela, evitando imagens que contenham texto embutido.

Sempre que usar imagens, descreva o conteúdo visual verbalmente ou por escrito.

Utilize materiais táteis quando possível (gráficos em relevo, mapas com texturas).

Mantenha o ambiente da sala organizado, com circulação livre e identificação tátil, quando necessário.



Estratégias de acessibilidade cognitiva

Estudantes com deficiência intelectual, transtornos de aprendizagem ou Transtorno do Espectro Autista (TEA) podem se beneficiar de estratégias que simplificam e estruturam o conteúdo.

Dicas Práticas:



Apresente exemplos práticos do cotidiano.

Evite sobrecarga de informações – vá por etapas.

Reforce os pontos principais oralmente e por escrito.

Use uma linguagem clara, objetiva e sem jargões desnecessários.

Estruture os conteúdos com mapas mentais, esquemas, quadros e resumos.



Estímulo à participação de todos

Uma aula inclusiva promove a interação de todos os estudantes. Isso exige abertura, escuta ativa e valorização das diferentes formas de expressão.

-  Crie momentos para perguntas e trocas entre os alunos.
-  Proponha dinâmicas em pequenos grupos, incentivando a colaboração.
-  Permita que os alunos escolham formas variadas de participar (oral, escrita, desenho, gravações de áudio/vídeo).
-  Valorize a escuta ativa e a cultura de respeito mútuo.

Tecnologias Assistivas em sala de aula



Tecnologias Assistivas são ferramentas que ampliam as habilidades funcionais de pessoas com deficiência, promovendo autonomia e participação.

Exemplos úteis:

- Leitores de tela e ampliadores para pessoas com deficiência visual.
- Sistemas de Frequência Modulada (FM) ou legendas automáticas para surdos e pessoas com perda auditiva.
- *Softwares* de organização e leitura simplificada para estudantes com dificuldades cognitivas.
- Dispositivos de acesso adaptado para estudantes com limitações motoras.

Dicas por tipo de necessidade educacional

Estudantes com deficiência auditiva

- Estabeleça contato visual direto antes de falar.
- Utilize quadros, gestos, imagens e escrita como apoio.
- Evite falar de costas para a turma.
- Encoraje os colegas a falarem um de cada vez.
- Respeite o tempo do intérprete de Libras (se houver).
- Permita provas escritas ou com apoio visual.

Estudantes com deficiência visual

- Descreva verbalmente o que está sendo escrito ou mostrado.
- Evite usar apenas “vejam isso” – complemente com descrições.
- Forneça materiais em formato digital acessível ou em braille (se necessário).
- Use objetos concretos ou táteis para ilustrar conceitos.

Dicas por tipo de necessidade educacional

Estudantes com deficiência física

- Garanta acesso físico à sala e aos materiais.
- Adapte mesas, cadeiras e dispositivos para facilitar o uso.
- Permita mais tempo para tarefas e formas alternativas de realizar atividades (digitais, orais, ditadas).
- Incentive a autonomia, respeitando o ritmo do estudante.

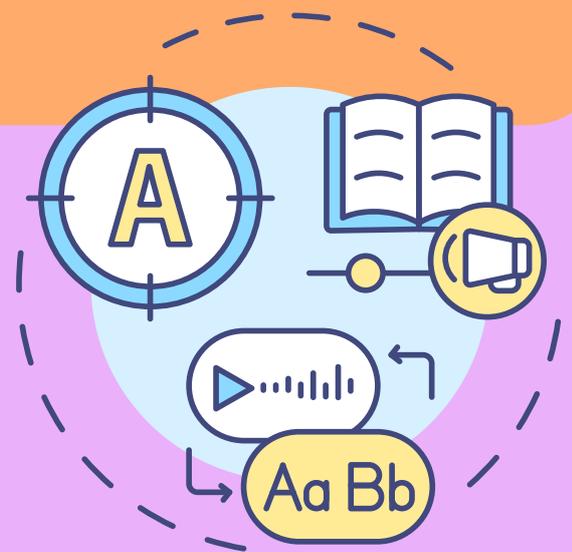
Estudantes com deficiência intelectual

- Simplifique instruções e repetições quando necessário.
- Divida as tarefas em etapas menores.
- Ofereça modelos e exemplos visuais.
- Use reforço positivo e acompanhe de perto o desenvolvimento.

Dicas por tipo de necessidade educacional

Estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA)

- Mantenha rotinas estruturadas e previsíveis.
- Antecipe mudanças na rotina.
- Use materiais visuais, pictogramas, cronogramas.
- Evite ambientes muito barulhentos ou estímulos excessivos.
- Permita espaços de pausa e regulação emocional.
- Estimule a interação com os colegas com mediação e respeito.



Avaliação Inclusiva

A avaliação inclusiva respeita as diferenças de aprendizagem e reconhece que cada estudante pode demonstrar seu conhecimento de maneiras distintas. Avaliar não é apenas atribuir notas, mas compreender o percurso do aluno.

Flexibilização de prazos e formatos

- Permita mais tempo para a realização de provas e atividades.
- Ofereça alternativas: avaliações orais, escritas, digitais, em áudio ou com apoio visual.
- Avalie o conteúdo, não a forma — considere a ideia central mais do que erros formais.
- Combine com os alunos (e suas famílias, se necessário) as adaptações possíveis.

Avaliação Formativa e Processual

- Avalie de forma contínua, observando o progresso ao longo do tempo.
- Valorize o esforço, a participação e a evolução individual.
- Dê *feedbacks* construtivos, incentivando a aprendizagem em vez da punição.

Alternativas acessíveis

- Provas orais ou com uso de Tecnologias Assistivas.
- Trabalhos em grupo, com divisão de tarefas de acordo com as habilidades de cada um.
- Autoavaliação: convide o aluno a refletir sobre sua participação e progresso.
- Atividades práticas, apresentações, portfólios ou mapas conceituais.

Exemplos de boas práticas

Modelos de atividades adaptadas:

Debates com apoio de mapas mentais e tópicos visuais.

Atividades práticas em duplas, promovendo apoio mútuo.

Cartazes e apresentações multimodais: o aluno escolhe se quer fazer um vídeo, desenho, texto ou apresentação oral.



Sugestões de dinâmicas acessíveis:

Roda de conversa com tempo para todos falarem.

Quiz coletivo, em que as perguntas são apresentadas oralmente e visualmente.

Jogos educativos adaptados com recursos táteis, imagens ou sons.



Ferramentas e Recursos Complementares

Softwares gratuitos de acessibilidade

NVDA (NonVisual Desktop Access) – Leitor de tela gratuito para Windows.

DOSVOX – Sistema voltado para usuários com deficiência visual.

Hand Talk – Tradutor automático de Português para Libras.

Plataformas educacionais acessíveis

Khan Academy, YouTube Edu – com vídeos legendados e organizados por temas.

Google Sala de Aula – permite compartilhamento de diferentes formatos de conteúdo.

Livro Acessível – acervo digital com materiais em braille, áudio e texto.

Materiais de referência e leitura adicional

MEC – Diretrizes da Educação Inclusiva.

Cartilhas do Instituto Rodrigo Mendes.

UNESCO – Educação para Todos.

Guia "Desenho Universal para a Aprendizagem" (CAST/USA).

CHECKLIST



O material está acessível para todos os alunos (visual, auditivo, cognitivo)?



A linguagem utilizada está clara, objetiva e livre de jargões desnecessários?



Os recursos visuais têm contraste e tamanho adequado de fonte?



Os vídeos têm legenda ou tradução em Libras, se necessário?



Há espaço para diferentes formas de participação e expressão dos alunos?



Os alunos com deficiência têm o suporte necessário (intérprete, leitor de tela, adaptações)?



A atividade pode ser realizada de maneiras alternativas (oral, escrita, digital)?



Há recursos tecnológicos ou físicos que promovem a inclusão?



Você pensou em formas de avaliação que respeitam as diferenças individuais?

A construção de uma educação verdadeiramente inclusiva é um processo contínuo que exige compromisso, sensibilidade e aprendizado constante.

Este manual não pretende esgotar o tema, mas oferecer um ponto de partida para que professores possam refletir sobre sua prática e atuar com mais segurança e acolhimento.

Incluir é mais do que adaptar; é criar um espaço onde todos se sintam pertencentes.

Referências

BRASIL. Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais. Brasília: UNESCO, 1994.

BRASIL. Declaração Mundial sobre Educação para Todos: plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem. UNESCO, Jomtiem/Tailândia, 1990.

BRASIL. Lei n.º 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão das Pessoas com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União 2015.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS [ONU]. Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. Doc. A/61/611, Nova Iorque, 13 dez. 2006.